



A CRÔNICA FEMININA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Maria do Rosário Alves Pereira¹

Breve introdução sobre o gênero “crônica”

Gênero híbrido, que perpassa os territórios da literatura e do jornalismo, a crônica tem servido, muitas vezes, como registro histórico de seu tempo. Porém, se traz informação, se dá notícia sobre os acontecimentos mais insignificantes do dia a dia, ultrapassa em muito tal dimensão, elevando tais acontecimentos mezinhos à categoria de maior importância. A referência ao tempo já está presente na própria etimologia da palavra, que vem do grego “Cronos”, numa alusão à divindade que seria a personificação do tempo. No caso deste trabalho especificamente, interessamos traçar algumas reflexões em torno do surgimento da crônica brasileira de autoria feminina, mostrando o quanto este gênero serviu como registro histórico da luta feminina pela educação e modernização da mulher.

A crônica nasce com o jornal, a partir do *folhetim*, conforme esclarece Marlyse Meyer:

De início – começos do século XIX – *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé, geralmente da primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento.²

Esse espaço do “vale-tudo” trazia questões do cotidiano relacionadas à política, à arte, à literatura e à sociedade em geral, incluindo relatos de viagem, descrições de usos e costumes, charadas, receitas de cozinha ou de beleza, resenhas de peças e de livros e até histórias de cunho moralista. Tudo aquilo que não se enquadrava nas demais seções do jornal encontrava refúgio seguro no folhetim. Muitos romances, inclusive, foram inicialmente publicados neste espaço, o que exigia do escritor habilidade para finalizar seu texto deixando um “gancho”, um tom de expectativa ou mesmo mistério para que o leitor se interessasse em continuar acompanhando aquele enredo. Ainda segundo Meyer, “já pelos fins de 1836, a fórmula *continua amanhã* entrou nos hábitos e suscita expectativas”.³ O folhetim aparece em solo brasileiro por influência da imprensa francesa, com características semelhantes ao *feuilleton*, que era publicado uma vez por semana, preferencialmente aos domingos, no rodapé da primeira página. No Brasil, no entanto, nem sempre

¹ Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

² MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica*. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985, p. 19.

³ MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica*. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985, p. 20. grifo da autora.



era publicado com essa regularidade, e por vezes tal espaço dava conta de até 15 dias de acontecimentos. A seguir, faremos uma incursão em torno dos primeiros periódicos e primeiras cronistas que abordaram a condição feminina em solo nacional.

Primórdios da crônica feminina no Brasil

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, e a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro transformaram essa localidade em ponto privilegiado para o recrudescimento da questão cultural e de novos modos e hábitos europeus que vão sendo incorporados pela população brasileira. Intensifica-se o processo de urbanização, ocorre a chegada da imprensa em 1816. Salienta-se que entre o início do século XIX e o início do XX as crônicas passavam por um processo lento de mudanças, acompanhando ao mesmo tempo as mudanças históricas que ocorriam.

Alguns eventos comprovam isso: a chegada da República traz novos ares à antiga colônia, e as mulheres, acostumadas a se enclausurar dentro de casa e de só sair às ruas trajando mantilhas pesadas e escuras que as cobriam literalmente dos pés à cabeça, começam a modificar seu modo de vestir, a ir à ópera, ao teatro. Inicia-se aí a construção de uma *nova* mulher, ocupada agora com a vida que a circundava, ao invés de ficar estritamente reclusa ao seio familiar. Segundo Gilberto Freyre, com a chegada da corte e a abertura dos portos, o Rio de Janeiro passou por um processo de “desassombramento”: tudo que estava na sombra deveria vir à luz.⁴ Vale ressaltar que até 1814 as mulheres brasileiras estiveram fora da escola e poucas recebiam uma educação básica em casa, fato que impressionava negativamente os estrangeiros que aqui aportavam. Isabel Lustosa aponta:

Entre os costumes gradativamente modificados esteve a adoção de uma atitude mais moderna com relação ao lugar da mulher na sociedade. Essa mudança implicaria a necessidade de um certo nível de ilustração que possibilitasse à mulher fazer boa figura nos salões, teatros e reuniões que então passaram a ser parte da vida social do Rio de Janeiro. Mas essa mudança no plano da sociabilidade (...) teve suas raízes mais profundas na tendência de separação entre os espaços público e privado que vinha do século XVIII. Separação da qual resultara uma releitura da vida familiar e do papel da mulher naquele contexto. Com a independência e a emergência de um espírito constitucionalista nas maiores cidades brasileiras, a mulher passa a ser também um sujeito político importante, pois, como mãe, é a primeira instância de formação dos futuros brasileiros.⁵

Dessa forma, começa a haver um redimensionamento no papel da mulher na sociedade: se ela era responsável pela formação de muitos jovens brasileiros, seria no mínimo razoável que ela tivesse educação e cultura para ser repassada, e não apenas um comportamento adequado nas “aparências”, que lhe proporcionava maior traquejo social.

⁴ Cf. ALMANAQUE MULHERES REAIS – MODAS E MODOS NO RIO DE DOM JOÃO VI. Exposição no Palácio das Artes, de 9/10 a 22/11/09, em Belo Horizonte, p. 17.

⁵ LUSTOSA, Isabel. Prefácio. In: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 13.



Associações voltadas para o projeto de emancipação feminina começam a ser criadas, tais como o Partido Feminino Republicano; surge a acalorada discussão sobre o direito de votar ou não das mulheres; se dá a abertura do Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino público no Rio de Janeiro que, durante 90 anos, não permitiu o ingresso de estudantes do sexo feminino; e, por fim, o ensino superior acaba abrindo suas portas ao público feminino.

Foi um tempo em que surgiram pioneiras em várias áreas do conhecimento. No que diz respeito às escritoras não foi diferente. Constância Lima Duarte esclarece que a literatura de autoria feminina, a consciência feminista e a imprensa de mulheres surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, pois assim que as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, logo em seguida se apoderaram da leitura que, por sua vez, as conduziu à escrita e à crítica.⁶ E os jornais foram o espaço privilegiado para que essa produção letrada feminina viesse à tona, num trabalho de certa forma pedagógico que visava à conscientização da sociedade sobre o papel da mulher e a necessidade de transformação de sua condição, para que ela ocupasse os espaços públicos, participando ativamente.

Muitas escritoras utilizavam pseudônimos ou escreviam para pequenos jornais do interior, com público restrito e específico. O surgimento de periódicos dedicados ao sexo feminino e, posteriormente, produzidos por mulheres criam condições para o aparecimento dessas escritoras. O primeiro periódico brasileiro dedicado às mulheres, *O Espelho Diamantino – Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, dedicado às Senhoras Brasileiras*, surge em 1827, fundado por Pierre Plancher, responsável pelo *Jornal do Comércio*. De 1829 a 1832, circulou em São João del-Rei *O Mentor das Brasileiras*, que circulou de 1829 a 1832. Outros vão aparecendo, preocupados com questões do universo feminino.

Dulcília Buitoni⁷ postula como temas caros ao universo feminino “a mudança do tempo, o coloquial, a cidade, as modas”, temas ao mesmo tempo matrizes da crônica, daí a associação que ela faz entre mulher e crônica. Houve, assim, um período em que a crônica predominante era aquela vinculada a acontecimentos sociais e artísticos, mas em algumas escritoras o viés crítico predominava mesmo em meio a este cenário. Como exemplo podemos citar Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que em seus escritos discutiu temas variados, como a participação mais ativa da mulher na sociedade, sua educação, divórcio etc., e também abordou questões relacionadas ao

⁶ DUARTE, Constância Lima. *Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX*. In: ENCONTRO DA ANPOLL, UFMG, 1 a 3 de julho de 2010, p. 2.

⁷ BUITONI, Dulcília H. Shroeder. *Crônica/mulher, mulher/crônica*. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985, p. 81.



aboliconismo e à república, tendo colaborado em periódicos como *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *A Semana*. Em alguns de seus textos, se vale da ironia para fazer denúncia, como em “Ah! os senhores feministas!”. Um eu masculino assume a voz narrativa do texto, e queixa-se das ausências da mulher, num “primeiro movimento de independência” bastante estranho a uma pessoa pouco afeita a saídas de casa e também à leitura, pois “Terezinha não lê, nem por acaso!”.⁸ E completa:

Geralmente, minha mulher queixa-se de que eu converso pouco; pois aí está: hoje vinha com tenção de conversar... de falar detidamente sobre aquela proposta do Teles... não para lhe pedir conselhos, as opiniões dela não me esclarecem nada, mas só porque, enfim, quando raciocino em voz alta, penetro melhor no sentido das coisas... As mulheres fazem às vezes umas objeções imprevistas, extravagantemente ingênuas, mas que não raro sugerem certos pensamentos aproveitáveis... Não é que eu associe Terezinha às minhas empresas de importância; coitadinha, que competência tem ela para isso? mas porque, expondo-lhe o caso, tenho de reduzi-lo à máxima simplicidade para a sua compreensão...⁹

Conforme se vê na passagem, a voz masculina deixa entrever um sistema patriarcal que permeia as relações sociais e, neste caso, matrimoniais de dominação do elemento masculino sobre o feminino. No caso, o jugo cultural/intelectual aparece fortemente, pois as opiniões da mulher “não esclarecem nada”, e o assunto tem de ser deslindado com a “máxima simplicidade para a sua compreensão”. No entanto, a ironia da autora se apresenta sutilmente, pois as “objeções ingênuas” do sexo feminino, paradoxalmente, “não raro sugerem certos pensamentos aproveitáveis”. Ou seja: mais do que um bibelô sem forma, a mulher exerceria, ao contrário, influência sobre as decisões masculinas. Em outras crônicas e em seus textos puramente ficcionais, Júlia Lopes de Almeida lançou sementes para que o processo de mudança de mentalidades no que diz respeito à condição feminina fosse acontecendo mesmo que paulatinamente.

Periódicos em que a educação e a emancipação da mulher eram a tônica foram cada vez mais ganhando a cena: em 1852, Joana Paulo Manso de Noronha inaugura o *Jornal das Senhoras*, conhecido como o fundador do periodismo feminino, cujo objetivo era “propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”;¹⁰ Francisca Senhorinha da Motta Diniz edita *O Sexo Feminino*, periódico que circulou de 1873 a 1877; Josephina Álvares de Azevedo, *A Família*, de 1888 a 1889. Muitas vezes, sob a fachada de iniciar as mães de família e esposas devotadas em seus deveres, tal como se lia no jornal *A Família* de 18 de maio de 1889, tais periódicos visavam a promover a emancipação feminina. No caso deste último, no segundo ano de sua existência, em seu aniversário, lia-se que ele havia sido

⁸ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. 74.

⁹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. 76.

¹⁰ VASCONCELLOS, Eliane. *Carmem Dolores*. Crônicas: 1905-1910. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 11.



criado com esse propósito. O discurso torna-se mais direto e exaltado, como se vê na crônica “O voto feminino”:

No fundo escuro e triste do quadro de provações a que votaram a mulher na sociedade, brilhará, com a fulgente aurora da República Brasileira, a luz deslumbradora da nossa emancipação? (...) É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria.¹¹

O questionamento gira em torno da chegada da República: a mudança seria apenas na forma política, ou haveria alterações mais profundas na estrutura social? A mulher, indaga Josephina Álvares de Azevedo, seria integrada como ser participante da vida social, exercitando o pleno direito ao voto? Somente em 1932 tal direito seria conquistado, mesmo assim com restrições: apenas as mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda própria poderiam votar. Essas limitações só seriam revistas no Código Eleitoral de 1934, e só em 1946 o voto feminino passaria a ser obrigatório.

Figura importante no século XIX é Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pioneira não só nas letras como na defesa pelo feminismo. Sua colaboração nos jornais começa em 1830 no *Espelho das Brasileiras*, em que escreve artigos sobre a condição feminina. Em 1853 publica em dois jornais um de seus textos fundamentais sobre a educação das mulheres e seu percurso na história, “Opúsculo humanitário”, editado em 1853, no *Diário do Rio de Janeiro*, e de 1853 a 1854, n’*O Liberal*. Em 1855 escreve na coluna “Variedades” do jornal *O Brasil Ilustrado*. Ao longo de sua obra, nota-se um projeto político bem delineado em prol da defesa dos direitos femininos. Para ela, o progresso de uma nação dependia da posição que a mulher ocupava na sociedade. Mantenedora de um colégio para moças no Rio de Janeiro, Nísia também escrevia textos em defesa dos índios e dos escravos. Como se vê, preocupava-se com as questões de seu tempo e o processo de modernização do país.

Em “Passeio ao Aqueduto da Carioca”, publicado em 1855 n’*O Brasil Ilustrado*, a cronista empreende um passeio ilustrado, erudito, que forma a opinião de quem lê. Nísia empreende um *jogo*, uma estratégia por meio da qual faz um mapeamento da cidade do Rio de Janeiro e tece críticas *enviesadas*, que se dirigem a um – viajante estrangeiro – mas destinam-se a outro – brasileiro, carioca, leitor daquele jornal. As críticas se fazem, por meio da ironia, aos homens colonizadores e aos contemporâneos, aos “sábios”, às mulheres e à cidade. Vejamos um excerto:

Não te demores também em nossas ruas procurando os nossos monumentos. Ainda os não possuímos; fomos colônia portuguesa. E depois que nos constituímos nação independente, a grande população da rica capital deste vasto império, por demais *dilettanti* e de *bom tom*, prefere dispendar grossas somas para ouvir lindas

¹¹ AZEVEDO, Josephina Álvares de. O voto feminino. *A Família*, 1889.



cantoras, multiplicar os bailes e outras distrações públicas, a concorrer para expurgar as nossas ruas dos *tigres* que as infestam!¹² (grifos no original)

Aparece aqui o dado histórico de nosso subdesenvolvimento, o fato de termos sido colônia – de exploração – portuguesa. Além disso, a escritora critica a população de “bom tom” que, ao invés de se preocupar com o problema da escravidão, com o problema da falta de saneamento básico – expressos na figura do “tigre”, escravos encarregados de levar tinhas com fezes na cabeça –, apegava-se a futilidades como bailes e festas nos grandes salões. E, como não poderia deixar de ser, mais à frente neste longo texto, problematiza a situação das mulheres:

Uma parte das nossas mulheres continua estacionada na vida caseira, exposta às enfermidades que ela acarreta, e passa a vida em indolente indiferença, ou entregue ao trabalho, que a falta de método torna árduo e muitas vezes sem proveito real; a outra prefere ostentar os seus encantos, ou a elegância do seu trajar, nos empoeirados bairros prediletos da multidão...¹³

A seriedade no trato aos temas parece ter sido uma constante durante muito tempo nas crônicas femininas. Para finalizar este breve percurso em torno da crônica de autoria feminina, vejamos alguns excertos de Carmem Dolores (1852-1910). Nascida no Rio de Janeiro, teve uma trajetória literária bem diversificada: foi cronista, contista, romancista, dramaturga, tendo se dedicado também à crítica literária e à poesia. Publicou, dentre outros, nos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna*, *O País*, sendo uma das cronistas mais bem pagas deste último. Em alguns periódicos publicou sob pseudônimos. Foi pioneira na luta pela educação feminina, e em seus textos abordava com frequência a condição feminina, em defesa do trabalho da mulher e de uma educação mais qualificada – ainda que não tenha lutado pelo sufrágio feminino. Também o divórcio era algo propagado em seus textos. Nota-se que em Carmem Dolores já se encontra um pensamento crítico acerca da condição das mulheres. Por vezes, a escritora as conclama à luta – a qual se dá, dentre outras formas, pelo acesso à educação –, como aparece na crônica de 6 de agosto de 1905, publicada no periódico *O País*:

O preparo da sua educação atual [da mulher] bem o indica. Tem de saber lutar, senão, ai! dela, vítima sempre do másculo egoísmo. Precisa de força e de independência própria; precisa de altanaria e de experiência, do contrário tomba na estrada da vida, malferida, pisada, e ainda em cima escarnecida.¹⁴

Sendo assim, observamos, pelo estudo de algumas escritoras do século XIX, que a crônica assume uma função histórica, ao se tornar um “lugar de memória”, mais precisamente de uma

¹² FLORESTA, Nísia. Passeio ao Aqueduto da Carioca. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EDUFRN/NCCEN, 2009, p. 33.

¹³ FLORESTA, Nísia. Passeio ao Aqueduto da Carioca. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EDUFRN/NCCEN, 2009, p. 43-44.

¹⁴ VASCONCELLOS, Eliane. *Carmem Dolores*. Crônicas: 1905-1910. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 33.



memória coletiva, dos começos de uma história feminina pela reivindicação de direitos. É graças a essas precursoras que bem se utilizaram da pena nos periódicos da época que, no século XX, outras conquistas vieram e, mais ainda, outras escritoras tiveram condições de desenvolver seus trabalhos, seja como cronistas, jornalistas ou ficcionistas.

Bibliografia

ALMANAQUE MULHERES REAIS – MODAS E MODOS NO RIO DE DOM JOÃO VI. Exposição no Palácio das Artes, de 9/10 a 22/11/09, em Belo Horizonte.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

AZEVEDO, Josephina Álvares de. O voto feminino. *A Família*, 1889.

BUITONI, Dulcília H. Shroeder. *Crônica/mulher, mulher/crônica*. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985. p. 81-89.

DUARTE, Constância Lima. *A crônica feminina brasileira: das origens à contemporaneidade*. Vivência, Natal, v. 9, n. 2, jul./dez. 1995. p. 107-113.

DUARTE, Constância Lima. *Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX*. In: ENCONTRO DA ANPOLL, UFMG, 1 a 3 de julho de 2010.

FLORESTA, Nísia. Passeio ao Aqueduto da Carioca. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EDUFRN/NCCEN, 2009. p. 33-44. (Coleção Estudos Norte-Rio-Grandenses)

LUSTOSA, Isabel. Prefácio. In: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica*. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985. p. 17-41.

VASCONCELLOS, Eliane. *Carmem Dolores*. Crônicas: 1905-1910. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Coleção Fluminense, v. 3)